

RICHARD RORTY E O PROBLEMA COM A TEORIA DO CONHECIMENTO

Lucas Sartoretto¹

Marcelo do Amaral Penna-Forte²

RESUMO: O presente estudo é uma reflexão sobre apontamentos realizados pelo filósofo neopragmatista Richard Rorty em sua crítica à metafísica e epistemologia então dominantes, sobretudo às tentativas de abordar o conhecimento como uma espécie de imagem especular da realidade. Problematiza-se a concepção do filósofo estadunidense sobre a função da epistemologia tanto na filosofia como nas demais áreas da cultura. De modo geral, objetiva-se mostrar como a crítica de Rorty incide sobre a epistemologia em sua pretensão de erigir divisões e legislar sobre as áreas da cultura humana, separando as que podem ser conhecidas com um rigor metodológico daquelas que não possuem rigor epistemológico, criando, com isso, uma cissura entre as áreas do conhecimento e, finalmente, dando especial atenção às ciências naturais que, por possuírem um método inquestionável, estariam em condições de servirem de modelos às demais. De modo mais específico, objetiva-se mostrar como tal perspectiva crítica relaciona-se ao que Rorty vem chamar de behaviorismo epistemológico e como, a partir dele, podemos desenvolver nossas práticas de uma comunidade de pesquisadores, mais baseados na solidariedade do que na objetividade. Justifica-se tal estudo pela centralidade dos temas tratados para uma compreensão das ideias do autor e do cenário mais amplo do neopragmatismo contemporâneo, salientando os debates sobre como o conhecimento humano pode ser adquirido, antes, mediante uma comunidade voltada para a solidariedade, do que uma comunidade voltada para a objetividade e das implicações de tais concepções em distinções metafísicas tradicionais, como as erigidas entre esquema e conteúdo, ou fato e valor. Espera-se, mediante a leitura de textos fundamentais do filósofo neopragmatista e da literatura crítica a seu respeito, consolidar uma compreensão suficientemente robusta da crítica à epistemologia a fim de, num segundo momento, analisar como Rorty argumenta em prol de uma posição filosófica em que a redescrição seja uma maneira de construir novos vocabulários para a sociedade, para o ser humano e para as diversas ciências.

PALAVRAS-CHAVE: Neopragmatismo. Epistemologia. Redescrição.

INTRODUÇÃO

¹ Licenciado em Educação Física e licenciando em Filosofia. Unioeste. E-mail: filo.lucas@hotmail.com.

² Professor do curso de filosofia da Unioeste. E-mail: marcelo.forte@unioeste.br.

Nosso trabalho busca refletir sobre a crítica de Richard Rorty sobre a teoria do conhecimento. Concentrando-se no problema, de como é possível uma área do conhecimento, mais especificamente a assim denominada epistemologia, sobre a possibilidade de legislar sobre a construção do conhecimento? Nesse sentido, os pressupostos filosóficos são fundamentados em critérios metafísicos, contrários a proposta pragmatista de verdade como regra de ação.

Dentro do espectro da filosofia contemporânea em que se insere o neopragmatista Richard Rorty há uma deflação de propostas e problemas metafísicos, é nesse sentido que a crítica de nosso filósofo se assenta, pois, uma proposta de conhecimento que tenha como base pressupostos epistemológicos, como as distinções metafísicas entre realidade e aparência, esquema e conteúdo e fato e valor, criam assim cissuras culturais em determinadas áreas em detrimento de outras. Sendo assim, de um ponto de vista democrático, a cultura deve estar mais voltada para os aspectos da solidariedade do que da objetividade.

Através dessa crítica, o neopragmatista busca uma alternativa para a construção do conhecimento. Sua alternativa se fundamenta naquilo que ele denomina de behaviorismo "epistemológico". Este teria como função uma mudança de estrutura na concepção do conhecimento, tendo como principal instrumento a análise do comportamento linguístico, entendendo a linguagem de um ponto de vista instrumental como bem considerava Ludwig Wittgenstein das *Investigações filosóficas*. Portanto, o conhecimento não poderia fugir de uma comunidade no qual sua linguagem determinaria a sua possibilidade.

Rorty também considera que ao contrário das estruturas a-históricas que fundamentam o conhecimento na modernidade, ele argumenta assim com o filósofo da ciência Thomas Kuhn que o conhecimento é sempre histórico. Através do conceito de incomensurabilidade proposto pelo mesmo, o filósofo americano também busca analisar a possibilidade de que os conhecimentos humanos em determinados períodos históricos possam ter sido redescritos, ou seja, seu conceito de redescrição se apoia no conceito de incomensurabilidade de Kuhn.

Esta pesquisa foi construída levando em consideração os textos do filósofo americano Richard Rorty, especialmente seu instigante livro *A filosofia e o espelho da natureza*, fonte central do desenvolvimento de nossas ideias e

consequentemente de sua crítica a, assim chamada, teoria do conhecimento. Levamos em consideração também os comentadores qualificados que discutem o tema proposto em nossa investigação.

DESENVOLVIMENTO

O pensamento mítico deu aos poucos uma referência para a criação daquilo que viria se chamar de filosofia. Foi com Pitágoras que surgiu etimologicamente a palavra filosofia, que significa na sua concepção tradicional amor a sabedoria. Sócrates o grande maiêutico fez filosofia através do diálogo, Platão criou a filosofia como gênero literário e Aristóteles sistematizou e historicizou a filosofia. No entanto, entre os gregos antigos não existia uma concepção que quisesse fundamentar o conhecimento da realidade a partir de bases seguras, o que existia era a distinção entre a *δοξα* que era o conhecimento pela mera opinião e a *επιστημη* que era o conhecimento filosófico por excelência. O mesmo aconteceu no período medieval quando houve uma síntese entre a filosofia grega e as escrituras reveladas, nesse período apesar das polêmicas entre as escolas o conhecimento como fundamentando a realidade para a inquirição não era pensado.

A ideia da filosofia enquanto área autônoma do saber na qual se fundamentam certos conhecimentos para julgar outras áreas do saber como por exemplo, a religião, a ciência e outras áreas da cultura é bastante recente. Todos os estudantes dos cursos de filosofia aprendem que a época da filosofia moderna é um marco para aquilo que os historiadores chamam de teoria de conhecimento. Mas essa distinção não estava em jogo quando Francis Bacon, Rene Descartes e Thomas Hobbes escreviam sobre filosofia, esses iniciadores da filosofia moderna tinham como principal objetivo articular suas filosofias contra a época das discussões escolásticas e como afirma Rorty (1995, p. 139) “contribuindo para o florescimento da pesquisa em matemática e mecânica, assim como liberando a vida intelectual das instituições eclesiásticas”. Não foi senão com a filosofia transcendental de Immanuel Kant que a moderna distinção da filosofia como contendo uma área específica para julgar e fundamentar o conhecimento entrou em cena.

Dentro da história da filosofia há um marco temporal no qual a construção da assim chamada teoria do conhecimento foi criada como conhecemos atualmente. Essa área é produto da assim chamada revolução copernicana de Kant, como podemos observar:

A conseqüente demarcação da filosofia em relação à ciência foi tornada possível pela noção de que o cerne da filosofia era a “teoria do conhecimento”, uma teoria distinta das ciências porque era seu *fundamento*. Agora retraçamos essa noção pelo menos até as *Meditações* de Descartes e *De Emendatione Intellectus*, de Espinosa, mas a mesma não adquiriu autoconsciência até Kant. Ela não foi incorporada à estrutura das instituições acadêmicas e às autodescrições imutáveis e irrefletidas dos professores de filosofia senão quando o século XIX já ia bem adiantado. Sem essa ideia de uma “teoria do conhecimento” é difícil imaginar o que poderia ter sido a “filosofia” na era da ciência moderna. A metafísica – considerada como a descrição de como os céus e a terra são reunidos – teria sido desbancada pela física. A secularização do pensamento moral, que foi a preocupação dominante dos intelectuais europeus nos séculos XVII e XVIII, não era então encarada como a busca de um novo fundamento metafísico para tomar o lugar da metafísica teística. Kant, entretanto, conseguiu transformar a antiga noção da filosofia – a metafísica como “rainha das ciências”, por causa de sua preocupação com o que era mais universal e menos material – na noção de uma disciplina “mais básica” – uma disciplina *fundamental*. A filosofia tornou-se “primária” não mais no sentido de “mais elevada”, mas no sentido de “subjacente”. Uma vez que Kant havia escrito, os historiadores da filosofia puderam colocar os pensadores dos séculos XVII e XVIII em posição de terem tentado responder à pergunta: “Como nosso conhecimento é possível?” e mesmo projetar essa pergunta de volta sobre os antigos (RORTY. 1995, p. 140).

As meditações sobre filosofia primeira de Descartes tinham como objetivo fundamentar suas ciências, como a mecânica, a moral e a medicina, usando como metáfora a árvore do conhecimento e para isso ele se fundamentou no seu sujeito racional. Kant o toma assim como Locke, ambos como fornecendo fundamentos para o conhecimento, fazendo com que assim ele possa criar as bases da epistemologia.

Mas não foi senão após o movimento filosófico do idealismo alemão com os pós kantianos e Hegel a frente que se firmou historicamente a epistemologia enquanto imagem fundamental da filosofia. De acordo com Rorty (1995, p. 141, 142), foi também com Eduard Zeller que essa imagem foi fixada, pois para ele era

o tempo de não mais erigir sistemas, mas agora era hora de selecionar os dados das adições subjetivas para que a filosofia pudesse ser profissionalizada.

Neste contexto histórico e filosófico é que podemos aprender como a epistemologia se tornou uma disciplina de destaque no contexto da cultura. Diante desta perspectiva podia-se fazer até mesmo histórias da filosofia colocando como tema central os fundamentos do conhecimento humano, e perguntando também para os gregos como eles pensavam os fundamentos do conhecimento, neste sentido a concepção escolar da distinção entre as escolas da filosofia moderna entre os racionalistas com Descartes a frente e os empiristas com Locke na dianteira foi criada.

De acordo com Rorty (1995, p. 142) “a própria expressão teoria do conhecimento só se tornou corrente e ganhou respeitabilidade depois que Hegel ficou rançoso”. Pois no período pós kantiano o nome concebido para especificar essa área era crítica da razão, como podemos perceber:

(...) A primeira geração de admiradores de Kant usou *Vernunftkritik* como um rótulo oportuno para “o que Kant fez”, e as palavras *Erkenntnislehre* e *Erkenntnistheorie* foram inventadas um pouco mais tarde (em 1808 e 1832 respectivamente). Mas Hegel e a construção de sistemas idealistas haviam então intervindo para obscurecer a questão: “Qual é a relação da filosofia com as outras disciplinas?” O hegelianismo produziu uma imagem da filosofia como disciplina que de algum modo tanto completava como engolia as outras disciplinas, em vez de as basear. Também tornou a filosofia demasiadamente popular, interessante e importante para que fosse propriamente profissional; desafiava os professores de filosofia a incorporarem o Espírito do Mundo em vez de simplesmente prosseguirem com seu *Fach*. O ensaio de Zeller, que (de acordo com Mauthner) “primeiro elevou o termo ‘*Erkenntnistheorie*’ à presente dignidade acadêmica”, termina por dizer que aqueles que acreditam que podemos tecer todas as teorias a partir de nosso próprio espírito podem continuar com Hegel, mas qualquer pessoa mais sã deveria reconhecer que a tarefa própria da filosofia (uma vez que a noção da coisa-em-si e, portanto, as tentações de idealismo são rejeitadas) é estabelecer a objetividade das afirmações de conhecimento feitas nas várias disciplinas empíricas. Isso será feito pela apropriação das contribuições *a priori* trazidas para serem mantidas na percepção (RORTY, 1995, p. 142 e 143).

A filosofia hegeliana e seu movimento lógico do espírito absoluto que incorpora as realizações da cultura humana era uma desagradável concorrência

para uma filosofia que tinha como objetivo fundamentar as condições de possibilidade do conhecimento humano e assim legislar sobre esse mesmo conhecimento, pois era francamente historicista.

A mente como propicia para fundamentar o conhecimento é uma invenção cartesiana, pois, para Descartes além da substância divina, existem duas substâncias fundamentais na realidade, que são a *res cogitans* e a *res extensa* e é através da mente que são possíveis os processos de conhecimentos, já em Locke e seu empirismo a mente é o processo de aglutinação das crenças e sensações nas ideias. Neste sentido para Rorty (1995, p. 144) esse campo aberto por Descartes proporcionou um campo de investigação no qual os antigos haviam tido meras opiniões e que a certeza oposta a mera opinião agora era possível.

Embora esse campo de pesquisa aberto por Descartes e Locke, ainda não era possível estabelecer uma posição suficientemente segura para a fundamentação teórica de uma forma de conhecimento que pudesse ser a rainha das ciências e fundamentar as outras áreas da cultura humana.

Kant foi o responsável por colocar a filosofia que até então lutava contra os ideais escolásticos do *Ancien Régime* no caminho de uma "ciência segura", seu papel naquilo que vinha a ser conhecido como epistemologia foi crucial, como podemos acompanhar:

Além de elevar "a ciência do homem" de um nível empírico para um apriorístico, Kant fez três outras coisas que ajudaram a filosofia- enquanto-epistemologia a tornar-se autoconsciente e autoconfiante. Primeiro, identificando o tema central da epistemologia como sendo as relações entre duas espécies de representações igualmente reais mais irreduzivelmente distintas - as "formais" (conceitos) e as "materiais" (intuições) -, ele tornou possível ver continuidades importantes entre a nova problemática epistemológica e os problemas (os da razão e os de universais) que haviam preocupado os antigos e os medievais. Assim tornou possível escrever "histórias da filosofia" do tipo moderno. Segundo, ligando a epistemologia à moralidade no projeto de "destruir a razão para abrir espaço para a fé" (isto é, destruindo o determinismo newtoniano para abrir espaço para a consciência moral comum), ele reviveu a noção de "um sistema filosófico completo", no qual a moralidade era "baseada" em algo menos controverso e mais científico. Enquanto as antigas escolas haviam tido cada qual uma visão da virtude humana concebida de modo a combinar com sua visão de como era o mundo, Newton havia incorporado as visões

sobre o último tema. Com Kant, a epistemologia foi capaz de entrar no papel da metafísica como fiadora das pressuposições da moralidade. Terceiro, tomando tudo que dizemos como sendo sobre algo que “constituímos”, ele tornou possível que se pensasse na epistemologia como uma ciência fundamental, uma disciplina suporte capaz de descobrir as características “formais” (ou, em versões posteriores, “estruturais”, “fenomenológicas”, “gramaticais”, “lógicas” ou “conceituais”) de qualquer área da vida humana. Assim, ele capacitou os professores de filosofia a se verem como presidindo um tribunal da razão pura, capaz de determinar se outras disciplinas estavam se mantendo dentro dos limites legais estabelecidos pela “estrutura” de seus assuntos tema (RORTY, 1995, p. 145 e 146).

A filosofia transcendental kantiana formulou assim uma teoria forte das possibilidades do conhecimento humano formando assim um sistema. Sua obra se constitui enquanto uma antropologia filosófica mostrando assim as características fundamentais do ser humano para o conhecimento do mundo. Assim nasce a área da filosofia que se torna a inquiridora da filosofia e das demais áreas do conhecimento da cultura humana.

Para contrapor a filosofia concebida epistemologicamente como inquiridora das demais áreas do conhecimento, nosso neopragmatista formula o que ele denomina de behaviorismo epistemológico. Dentro da tradição pragmatista o conceito de experiência estava intimamente ligado ao conceito de experiência. Para Charles Sanders Peirce a experiência não estava dissociada da experiência de laboratório, para William James, apesar de concordar com Peirce sobre a possibilidade da experiência laboratorial desempenhar uma função importante para o pragmatismo, considerava a experiência como vivência e John Dewey, outro importante filósofo do pragmatismo, elaborou seu conceito de experiência com prática social.

Depois da entrada na filosofia analítica nos departamentos de filosofia americanos com a segunda grande guerra, com Carnap a frente e seu positivismo lógico, o pragmatismo perdeu força e se viu forçado a reformular suas concepções. Com W. V. O. Quine a frente o conceito de experiência foi reformulado, pois com a *language turn*, a filosofia não seria mais a mesma. Foi então que Quine criou o conceito comportamento linguístico, esse foi apropriado por Rorty.

Levando em consideração os aspectos linguísticos agora o pragmatismo estava em posição de enfrentar seus concorrentes em pé de igualdade. Se

apropriando do segundo Wittgenstein, o das *Investigações filosóficas* e concebendo a linguagem como um instrumento que pode ser usado para determinados fins, desenvolveu-se assim o que podemos chamar de behaviorismo “epistemológico”. Isso significa que o conhecimento deve ser concebido dentro de determinados jogos de linguagem, sejam eles da filosofia, das ciências em geral, da literatura etc. E a linguagem não é senão um instrumento que pode ser usado de diversas formas, não detendo nenhum significado espacial como a filosofia analítica propõe.

Em consonância com essa apropriação do *modus operandi* da linguagem, Rorty se apropria do filósofo da ciência e historiador Thomas Kuhn, concebendo o conhecimento como um produto histórico, dentro daquilo que ficou conhecido como os paradigmas científicos. Sendo que cada época havia paradigmas em determinados campos do conhecimento e que após ao processo revolucionário em ciência, os paradigmas em disputa eram sempre incomensuráveis, se produzia assim uma certa relatividade sobre o conhecimento.

Dessa forma, Richard Rorty, se apropriando de seu herói filosófico John Dewey e em consonância com ele, afirma que todo o conhecimento é um produto de uma prática social, deflacionando assim as questões metafísicas, como realidade e aparência, esquema e conteúdo e fato e valor. Como antimetafísica e antiessencialista a filosofia defendida por ele busca deflacionar a importância dos problemas filosóficos tradicionais e enfatizar uma busca pela solidariedade e contraposição a uma busca pela objetividade.

É dentro deste espectro de discussão que o nosso neopragmatista buscou criar aquilo que ficou conhecido como a redescrição. A redescrição seria uma possibilidade através da criação de novos vocabulários, ou seja, através de novos jogos de linguagem de construir novos e mais inventivos conhecimentos que pudessem auxiliar na descrição tanto da natureza, da sociedade e do ser humano.

O conhecimento, portanto, estaria mais para a proposição de Protágoras que concebe o homem como medida de todas as coisas, do que na acepção platônica e metafísica que buscam desvelar as essências da realidade, ou uma realidade não humana. Assim, projetos políticos que seriam fundamentados em conhecimentos metafísicos podem se tornar totalitários, assim como os exemplos históricos nos

mostram. Já a democracia seria um projeto político que aceitaria as mais diversas e inventivas descrições do humano.

CONCLUSÃO

Ao final de nosso trabalho podemos argumentar se a crítica a teoria do conhecimento como uma área específica da cultura e da filosofia se faz consistente? Dentro da perspectiva do neopragmatismo de Richard Rorty essa crítica é basilar para o desenvolvimento de sua proposta filosófica, pois é a partir da mesma que ele formula seus argumentos em defesa de uma proposta de vocabulários onde não esteja em jogo uma separação entre aqueles sujeitos aptos ao conhecimento e aqueles sujeitos que não podem conhecer.

A verdade segundo o pragmatismo é uma regra de ação, neste sentido, não pode haver uma separação entre aqueles que estão mais perto de uma realidade em detrimento de outros sujeitos que não podem almejar tal meta. Assim a separação platônica entre conhecimento do senso comum e o conhecimento pela filosofia é uma primeira separação metafísica que fundamentou a história da filosofia. É neste sentido, que Rorty critica Immanuel Kant e sua leitura da filosofia moderna, como a possibilidade de fundamentação de um idealismo transcendental.

Ao invés de postular bases epistemológicas e ontológicas, a proposta de Richard Rorty é focar nossa atividade criadora e inventiva na construção e reconstrução de novos vocabulários onde possamos descrever e redescrever constantemente, a cultura, a natureza e o ser humano. Neste sentido, a concepção de ser humano, de cultura e de natureza é sempre um projeto em aberto.

REFERÊNCIAS

CALDER, Gideon. *Rorty e a redescricao*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

RORTY, Richard. *Pragmatismo: a filosofia da criação e da mudança*. Belo horizonte: Ed. UFMG, 2000.